

DISCUSSÕES INTERDISCIPLINARES NO CAMPO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

**CARLOS ANTONIO DE SOUZA MORAES
(ORGANIZADOR)**



Atena
Editora

Ano 2020

DISCUSSÕES INTERDISCIPLINARES NO CAMPO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

**CARLOS ANTONIO DE SOUZA MORAES
(ORGANIZADOR)**



Atena
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

D611 Discussões interdisciplinares no campo da ciências sociais aplicadas
1 [recurso eletrônico] / Organizador Carlos Antonio de Souza
Moraes. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-945-5

DOI 10.22533/at.ed.455202101

1. Ciências sociais. 2. Investigação científica. 3. Pesquisa social.
I. Moraes, Carlos Antonio de Souza.

CDD 300.72

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Obra “Discussões Interdisciplinares no Campo das Ciências Sociais Aplicadas” objetiva promover o debate científico através de problematizações totalizando 50 capítulos. De forma geral, a obra tem, predominantemente como linha condutora, o tema da desigualdade social e das políticas públicas. A desigualdade abordada, em alguns capítulos, a partir do debate em espaços urbanos e rurais, problematizando nestes espaços, a participação de sujeitos sociais, com destaque para as mulheres, assistentes sociais, profissionais de educação, estudantes, trabalhadores rurais, homossexuais, imigrantes, dentre outros. Tais estudos foram desenvolvidos em instituições de ensino e pesquisa de diferentes regiões do Brasil, que apresentam análises pautadas em relevância acadêmica e impacto social, possibilitando-nos sua categorização em 2 volumes e 10 blocos, a saber:

O primeiro bloco do volume 1, compreendido entre o capítulo 01 e 09, problematiza a desigualdade social, as migrações contemporâneas e as políticas públicas; o segundo, organizado entre os capítulos 10 e 14 aborda temas vinculados ao trabalho precário, suas implicações para a saúde dos trabalhadores, além do exercício profissional de assistentes sociais em hospital. Posteriormente, o bloco 03, problematiza, entre os capítulos 15 e 19, a violência obstétrica, sexual, psicológica e física sofrida por mulheres, bem como, aborda, a qualidade de vida de estomizados. O bloco 04 discute, entre os capítulos 20 e 23, a gestão estratégica e o diagnóstico organizacional centrados no reconhecimento institucional, na eficiência administrativa e no capital psicológico.

O bloco 05 do volume 2, compreendido entre os capítulos 01 e 12 apresenta significativas contribuições sobre o debate da cidade, do planejamento urbano, da mobilidade urbana e da segurança pública. O bloco 06 aborda, entre os capítulos 13 e 16, o rural, as práticas e a produção agrícola. O bloco 07, compreendido entre os capítulos 17 e 18, discute a agroindústria e o agronegócio da avicultura; O bloco 08, problematiza entre os capítulos 19 e 23, elementos vinculados a educação básica, ao ensino médio, técnico e superior. Posteriormente, o bloco 09 apresenta, entre os capítulos 24 a 26, estudos que mediam o debate da educação com a cultura, além daqueles relacionados à arte, a diplomacia midiática e o jornalismo internacional; Por fim, o bloco 10, organizado no capítulo 27, recorre a sociologia da arte, para reconstruir a trajetória de juventude do poeta e intelectual, Ferreira Gullar.

Para construção dos capítulos, metodologicamente, os autores recorreram a pesquisas bibliográficas, empíricas, estudos de caso, dentre outros, a fim de contribuir para descortinar aparências e fundamentar o conhecimento de todos aqueles que se interessam pelos temas ora apresentados.

Por fim, o livro que o leitor tem em mãos, merece sua leitura atenta e cuidadosa,

capaz de germinar novas perguntas de pesquisa e contribuir para construção de novos tempos, por meio do enfrentamento da desigualdade social e do fortalecimento da democracia, da justiça social, dos direitos humanos, da política pública e do empenho no enfrentamento da violência e da discriminação, temas abordados ao longo deste volume e que nos desafiam para a tarefa de repensar o mundo.

Carlos Antonio de Souza Moraes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS: DIREITOS HUMANOS E INSERÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO REGIONAL DO VALE DO PARANHANA (RIO GRANDE DO SUL, BRASIL)	
Aleteia Hummes Thaines Daniel Luciano Gevehr Dilani Silveira Bassan	
DOI 10.22533/at.ed.4552021011	
CAPÍTULO 2	14
ANÁLISE PADRONIZADA DO IDHM NA AMAZÔNIA LEGAL NO FINAL DO SÉCULO XX E INÍCIO DO SÉCULO XXI	
Aline dos Santos Pimentel Abner Vilhena de Carvalho Rhayza Alves Figueiredo de Carvalho Jarsen Luis Castro Guimarães	
DOI 10.22533/at.ed.4552021012	
CAPÍTULO 3	26
UMA COMPARAÇÃO DE POBREZA, CRESCIMENTO E DESIGUALDADE ENTRE AS MESORREGIÕES METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE E ZONA DA MATA	
Stela Rodrigues Lopes Gomes Matheus Gomes do Carmo de Souza Alex Eugênio Altrão de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.4552021013	
CAPÍTULO 4	46
A PERSPECTIVA DA POBREZA NA CAMPANHA DE ACM NETO DE 2012 E AS POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO	
Daniele do Nascimento Silva	
DOI 10.22533/at.ed.4552021014	
CAPÍTULO 5	66
FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO E “CRISE FISCAL” NA RECESSÃO DE 2015 E 2016: UMA ABORDAGEM NEOCARTALISTA	
Luiz Alberto Marques Vieira Filho	
DOI 10.22533/at.ed.4552021015	
CAPÍTULO 6	88
POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURIDADE SOCIAL: A NECESSIDADE DE AMPLIAÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL COMO FORMA DE CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	
Priscilla Paola Severo Clovis Gorczewski	
DOI 10.22533/at.ed.4552021016	

CAPÍTULO 7	101
ACESSO DO PEQUENO PRODUTOR RURAL DO MUNICÍPIO DE GODOY MOREIRA /PR, À APOSENTADORIA POR IDADE NA CONDIÇÃO DE SEGURADO ESPECIAL NO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	
Huama Maximo Elizete Conceição Silva	
DOI 10.22533/at.ed.4552021017	
CAPÍTULO 8	112
UNIÃO HOMOAfetiva: DO PATRIARCALISMO À LEGALIZAÇÃO	
Marina Quirino Itaborahy Julie Affoso Novaes Victória Penha de Oliveira Fernanda Lourenço da Silva Gustavo Schaper Lima	
DOI 10.22533/at.ed.4552021018	
CAPÍTULO 9	126
A MATERIALIDADE DAS EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL”: UMA ANÁLISE DO ENCARCERAMENTO FEMININO A PARTIR DO CENTRO DE REEDUCAÇÃO FEMININO “MARIA JÚLIA MARANHÃO” EM JOÃO PESSOA/PB	
Camila Luana Teixeira Freire Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.4552021019	
CAPÍTULO 10	137
MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO: UMA ANÁLISE DOS VALORES CULTURAIS DE UMA ORGANIZAÇÃO ATRATIVOS PARA ÀS MULHERES	
Inácio Ferreira Façanha Neto Josanne Cristina Ribeiro Ferreira Façanha	
DOI 10.22533/at.ed.45520210110	
CAPÍTULO 11	151
TRABALHO PRECARIZADO: OS EFEITOS NA SAÚDE DA CLASSE TRABALHADORA	
Jéssica Pereira Cosmo da Silva Larissa dos Santos Ferreira Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.45520210111	
CAPÍTULO 12	162
O ADOECIMENTO DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA FABRIL EM TEMPO DE NOVA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS USUÁRIOS DO CEREST/JP	
Jéssica Pereira Cosmo da Silva Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.45520210112	

CAPÍTULO 13 174

COMPLIANCE: ENFRENTAMENTO DAS PATOLOGIAS CORRUPATIVAS E RESPONSABILIZAÇÃO DAS EMPRESAS PELA CADEIA PRODUTIVA NO MUNDO DA MODA

Maira Angélica Dal Conte Tonial
Jacson Bacin Vicente

DOI 10.22533/at.ed.45520210113

CAPÍTULO 14 186

A DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO HOSPITAL GERAL DE TAPEROÁ: UM ESTUDO DE CASO

Roberta Clévia Malaquias de Oliveira
Anarita de Souza Salvador
Kátia Gerlânia Soares Batista

DOI 10.22533/at.ed.45520210114

CAPÍTULO 15 196

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: UMA ANÁLISE JURÍDICA

Edinilza da Silva Machado Medeiros
Andréia de Oliveira Silva
Carlana Faria Rocha
Flávio Marcelo Rodrigues Bruno

DOI 10.22533/at.ed.45520210115

CAPÍTULO 16 205

PREVALÊNCIA DOS TIPOS DE VIOLÊNCIA FÍSICA AO LONGO DA VIDA E NOS ÚLTIMOS 12 MESES: ESTUDO EM UMA MATERNIDADE

Bruna Venturin
Franciéle Marabotti Costa Leite
Dherik Fraga Santos
Edleusa Gomes Ferreira Cupertino
Mariana Zoboli Ambrosim
Luíza Eduarda Portes Ribeiro
Jasmine Cristina Soares Xavier
Maria Luiza Cunha Santos
Joyce Ferreira Reis
Solange Drummond Lanna

DOI 10.22533/at.ed.45520210116

CAPÍTULO 17 215

PREVALÊNCIA DOS TIPOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL PERPETRADA CONTRA MULHER

Mayara Alves Luis
Franciéle Marabotti Costa Leite
Ranielle de Paula Silva
Karina Rosa Paiva
Tamires Paulo Ceccon
Karina Fardin Fiorotti
Dherik Fraga Santos
Odelle Mourão Alves
Getúlio Sérgio Souza Pinto

DOI 10.22533/at.ed.45520210117

CAPÍTULO 18 225

VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER PERPETRADA PELO PARCEIRO ÍNTIMO NA VIDA E NO ÚLTIMO ANO

Franciéle Marabotti Costa Leite
Ranielle de Paula Silva
Mayara Alves Luis
Odelle Mourão Alves
Letícia Peisino Buleriano
Sthéfanie da Penha Silva
Gracielle Pampolim
Márcia Regina de Oliveira Pedroso
Fábio Lúcio Tavares

DOI 10.22533/at.ed.45520210118

CAPÍTULO 19 236

QUALIDADE DE VIDA DE ESTOMIZADOS: UMA INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA

Maurício Almeida
Mauro Lúcio de Oliveira Júnior
Rodrigo Silva Nascimento
Keveenrick Ferreira Costa
Priscila Figueiredo Campos

DOI 10.22533/at.ed.45520210119

CAPÍTULO 20 251

MEDIAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UMA OPÇÃO À AMPLIAÇÃO DA EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA

Fernanda Schuhli Bourges

DOI 10.22533/at.ed.45520210120

CAPÍTULO 21 266

GESTÃO ESTRATÉGICA E ORGANIZACIONAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE EMPRESAS DOS SETORES FINANCEIRO E CERÂMICO

Andrey Teixeira
César Niero
Eduardo de Sousa Gaspar
Eduardo Pavan Rodrigues
Hildebrando da Rocha de Souza Neto
Ian Nunes
Jean Bergmam
João Vitor Correa Bressan
Larissa Pereira
Lucas Buratto
Marcelo Henrique Antonin
Richardy Willian Felisberto

DOI 10.22533/at.ed.45520210121

CAPÍTULO 22 284

GUIA ELETRÔNICO DESCRITIVO DAS ATRIBUIÇÕES E ATIVIDADES EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA CURITIBA/PR DESCRIPTIVE ELECTRONIC GUIDE OF DUTIES AND ACTIVITIES IN A PUBLIC INSTITUTION CURITIBA/PR

Patricia de Matos

DOI 10.22533/at.ed.45520210122

CAPÍTULO 23	290
CARACTERIZAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES INTERNACIONAIS SOBRE CAPITAL PSICOLÓGICO (<i>PSYCAP</i>)	
Valeria Araujo Furtado	
DOI 10.22533/at.ed.45520210123	
SOBRE O ORGANIZADOR	309
ÍNDICE REMISSIVO	310

TRABALHO PRECARIZADO: OS EFEITOS NA SAÚDE DA CLASSE TRABALHADORA

Data de aceite: 06/01/2020

Data de Submissão: 13/10/2019

Jéssica Pereira Cosmo da Silva

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

João Pessoa-PB

<http://lattes.cnpq.br/8298494948726143>

Larissa dos Santos Ferreira

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

João Pessoa-PB

<http://lattes.cnpq.br/3103241935555327>

Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

João Pessoa-PB

<http://lattes.cnpq.br/0411097768343762>

RESUMO: O referido estudo trata das transformações em curso no mundo trabalho e sua conseqüente precarização, analisa ainda os impactos deste processo para as condições de vida e saúde da classe trabalhadora, juntamente com a desproteção a qual esses trabalhadores se encontram frente a negação dos direitos sociais e trabalhista. Esse estudo se dá a partir da realidade dos usuários atendidos no Centro de Referência Regional em Saúde do Trabalhador de João Pessoa (CEREST/

JP), instituição pela qual se desenvolveu uma pesquisa comparativa entre os anos de 2014 e 2017. Em torno dessa realidade investigativa, adotou-se o método do materialismo histórico-dialético marxista por desenvolver a crítica à contradição basilar da sociedade burguesa: a exploração e a precarização da classe trabalhadora, como fontes de acumulação capitalista. Metodologicamente, tipifica-se como uma pesquisa documental de fontes secundárias (registros dos trabalhadores) e legislações (leis, portarias, normas) referentes à Saúde do Trabalhador, além da pesquisa bibliográfica. Os resultados demonstram que as precárias condições de trabalho impactam negativamente na saúde do trabalhador, enquanto fator gerador do crescente adoecimento dos trabalhadores, processo que cada vez mais se intensifica no atual contexto, caracterizado pelas inúmeras reformas, inclusive trabalhista, de negação de direitos.

PALAVRAS-CHAVE: Precarização do Trabalho; Saúde do Trabalhador; Negação de Direitos.

PRECARE WORK: THE EFFECTS ON WORKER CLASS HEALTH

ABSTRACT: This study deals with the transformations that are taking place in the world of work and its consequent precariousness. It

also analyzes the impacts of this process on the living and working conditions of the working class, together with the lack of protection to which these workers face the denial of rights social and labor. This study is based on the reality of users served at the Regional Reference Center on Occupational Health of João Pessoa (CEREST / JP), an institution for which a comparative research was carried out between 2014 and 2017. Around this investigative reality, the method of Marxist historical-dialectical materialism was adopted by developing a critique of the basic contradiction of bourgeois society: exploitation and precarization of the working class as sources of capitalist accumulation. Methodologically, it is typified as a documentary research of secondary sources (workers' registers) and laws (ordinances, ordinances, norms) referring to Worker's Health, in addition to bibliographical research. The results show that precarious working conditions have a negative impact on workers' health, as a factor that generates the increasing sickness of workers, a process that is intensifying in the current context, characterized by the numerous reforms, including labor reforms, of denial of rights.

KEYWORDS: Precariousness of Work; Worker's health; Denial of Rights.

1 | INTRODUÇÃO

O presente estudo investigativo deriva-se das observações e estudos iniciado nos Estágios Obrigatórios I e II do Curso de Bacharelado em Serviço Social da UFPB, realizados no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST/JP), enquanto instituição que objetiva melhorar as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores, desenvolve ações voltadas no âmbito da promoção, prevenção, vigilância, assistência e reabilitação em saúde dos trabalhadores urbanos e rurais.

Tem por objetivo analisar as mudanças ocorridas em torno do mundo do trabalho e sua atual configuração marcada pela precarização, bem como, analisar os reflexos das mudanças ocorridas em torno do trabalho para as condições de vida e saúde da classe trabalhadora, principalmente no contexto da negação dos direitos sociais e trabalhistas.

Historicamente, o atual contexto abaliza-se em profundas transformações no mundo do trabalho e nas consequências desse processo para as condições de vida e saúde da classe trabalhadora, sobretudo diante da intensificação da precarização e da exploração do trabalho. As estratégias de enfrentamento da crise do capitalismo na sociedade tardo-burguesa, expressa pela reestruturação produtiva e acumulação flexível, implicam em intensas metamorfoses na configuração do mundo do trabalho, que tem como característica principal a precarização.

Diante das características introduzidas no âmbito produtivo, com a reestruturação produtiva do capital de base flexível, o trabalho no decorrer das últimas décadas, mais precisamente a partir de 1970 aos dias atuais, desenvolve um processo de

transformação que determina sua consequente precarização.

O trabalho, sob a atual configuração, torna-se ainda mais desregulado e desprotegido por não assegurar aos trabalhadores, condições adequadas para o exercício do labor, além de haver a intensificação da exploração. Conforma-se como uma realidade que impacta negativamente na classe-que-vive-do-trabalho, não apenas em face da precarização das atuais condições do trabalho como na geração de processos de adoecimento do trabalhador.

Dentre as transformações advindas da crise do capitalismo na década de 1970 que produzem reajustes de várias ordens, evidencia-se à adesão ao neoliberalismo, causando sérias perdas e retrocessos no campo dos direitos sociais, principalmente para as Políticas Sociais. Ademais, com as políticas neoliberais têm-se cada vez mais a desregulamentação e a flexibilização das legislações trabalhistas, o que torna o trabalhador ainda mais desprotegido. (PINTO, 2013)

No conjunto de transformações impulsionadas pela crise do capitalismo, Netto (2012, p.417) assinala:

No que toca às exigências imediatas do grande capital, o projeto neoliberal restaurador viu-se resumido no tríptico mote da “flexibilização” (da produção, das relações de trabalho), da “desregulamentação” (das relações comerciais e dos circuitos financeiros) e da “privatização” (do patrimônio estatal).

Em razão das transformações em curso, o trabalhador por estar diretamente ligado ao setor produtivo, sofre a dualidade desse processo, são transformações que atingem a totalidade do viver social. Por um lado, têm-se as mudanças e a consequente intensificação da precarização das condições de trabalho, desregulado e desprotegido; por outro, o retrocesso no que tange às garantias sociais e à negação dos direitos.

Com a falta de garantia para o trabalho, ora precarizado, crescem as doenças advindas do exercício das atividades laborativas e, inclusive, crescem os índices de acidentes de trabalho, conforme assevera Abramides (2017, p. 226): “As medidas de precarização do trabalho atingem as condições de vida e saúde dos trabalhadores [...]”.

2 | AS ATUAIS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E A SAÚDE DO TRABALHADOR: UMA ANÁLISE SOB O CONTEXTO DE NEGAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

As transformações no mundo do trabalho em curso, a debater derivam do processo de reestruturação econômica combinado de reajustes políticos e sociais, enquanto estratégias de recuperação do processo produtivo, enfraquecido pela crise de 1973.

Esse período demarcado pelo contexto da reestruturação do capital derivado da década de 1970 provoca a emergência de mecanismos flexíveis de acumulação e de parâmetros de precarização no mundo do trabalho que passam a incidir sobre a Saúde do Trabalhador.

Decerto, o processo de trabalho fundamentado nas relações capitalistas sob a forma de organização flexível ampliou o grau de exploração da força de trabalho, elevando a um patamar mais alto as formas de precariedade do trabalho por revelar como um processo que desestabiliza, fragiliza e vulnerabiliza a classe trabalhadora.

De acordo com Mézáros (2009), o modo de produção capitalista enfrenta atualmente uma “crise estrutural do sistema metabólico do capital” que afeta todas as esferas de produção e reprodução social. Assim, “[...] a crise estrutural do capital revela-se, certamente, como a verdadeira crise da dominação em geral”. (MÉSZÁROS, 2014, p.29) Diferente das crises cíclicas já enfrentadas pelo capitalismo desde o século XIX, a crise estrutural envolve toda a estrutura da ordem capitalista, da produtiva ao social, revelando o caráter destrutivo desse modo de produção.

[...] o que está fundamentalmente em causa hoje não é apenas uma crise financeira maciça, mas o potencial de autodestruição da humanidade no atual momento do desenvolvimento histórico, tanto militarmente como por meio da destruição em curso da natureza. (MÉSZÁROS, 2009, p. 29)

Mészáros (2014) ratifica ainda que a crise estrutural do capitalismo, iniciada na década de 1970, define-se a partir de quatro características: seu caráter é universal; seu alcance é global – sem limitar-se a uma particularidade de países; sua escala temporal é extensa e de acordo com o autor, é permanente, diferente das cíclicas enfrentadas anteriormente pelo capital; e quanto à sua modalidade, é “sub-reptícia”.

As respostas engendradas pelo capital e a emergência da Terceira Revolução Industrial envolvem e transformam, sobretudo, o mundo do trabalho, ao “[...] desencadear um amplo processo de reestruturação produtiva que visava a recuperação de seu ciclo produtivo” (ANTUNES;DRUCK 2013, p.14).

Com a Terceira Revolução Industrial, o processo produtivo tornou-se ainda mais competitivo e acelerado, a partir da introdução da robótica e da informática. Trata-se da era informacional na busca pela recuperação e desenvolvimento econômico, estagnado com a crise dos anos de 1970.

A emergência da Terceira Revolução Industrial destruiu o anterior padrão de desenvolvimento e relocou problemas novos cujas respostas e caminhos permanecem abertos. Esta ausência de respostas e alternativas é expressão da emergência de um novo padrão tecnológico e produtivo internacional nas condições de ruptura do compromisso Keynesiano, que gerou não apenas a desestruturação da ordem econômica internacional como também a maior desestruturação do mundo do trabalho[...] (MATTOSON, 1995, p. 117)

Associado à eclosão da Terceira Revolução Industrial, o modelo de Organização Toyotista, conhecido também como a “Acumulação Flexível” (HARVEY, 1992), demarca a terceira fase do Sistema Capitalista – Capitalismo Contemporâneo. A Acumulação Flexível,

[...]se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (HARVEY, 1992, p.140).

São transformações no mundo do trabalho, objetivadas pelo capital a fim de recuperar seu ciclo produtivo e recuperar seu projeto de dominação societal. Diferente do Fordismo, o Toyotismo, fundamenta-se no estoque mínimo, se produz de acordo com a demanda de consumo, “[...] o melhor aproveitamento possível do tempo de produção (incluindo-se também o transporte, o controle de qualidade e o estoque), é garantido pelo *just in time*” (ANTUNES, 2014, p. 33)⁸.

O Toyotismo caracteriza-se “[...] pela implacável perseguição à eliminação do desperdício, representado pela economia da força de trabalho necessária pela ampliação do tempo excedente” (NETO, 2013, p. 131). Nesse sentido, busca encurtar o tempo de produção, com implementação de novo método da superexploração do trabalho associados à intensificação da jornada de trabalho e a introdução do trabalhador multifuncional.

Analisar o processo de flexibilização do processo de trabalho é verificar que as principais características do modelo Toyotista compreendem o conjunto de estratégias atuais do sistema capitalista de superexploração da força de trabalho, pois, nesse modelo de organização instituído, no processo de trabalho, o “[...] *kanban*⁹, *just in time*, flexibilização, terceirização, subcontratação, Círculos de Controle de Qualidade, Controle de Qualidade Total, eliminação do desperdício, gerência participativa, sindicalismo de empresa, entre tantos outros elementos[...]” (ANTUNES, 2014, p. 33).

São elementos que indicam o processo de destituição dos direitos dos trabalhadores, anteriormente conquistados durante o pacto social do *Welfare State*, isso significa que, o processo de flexibilização impacta diretamente nos direitos dos trabalhadores, estes, compreendidos como conquistas na luta pela garantia de melhores condições de trabalho e de vida.

Quanto à destituição dos direitos trabalhistas, esta deriva dos ideais neoliberais, incorporados ao modelo de acumulação flexível a fim de regular a intervenção estatal. De acordo com as afirmações de Pinto (2010, p. 49).

A conjunção dessas duas vias de transformações, a reestruturação produtiva e a flexibilização da ação estatal interventora no movimento de livre mercado têm resultado no aumento da segmentação da classe trabalhadora em dois grupos distintos. Num deles estão os trabalhadores mais escolarizados, dos quais se exige maior participação e polivalência. [...] No outro grupo estão os trabalhadores contratados temporariamente ou por tempo parcial, os subcontratados como “terceiros”, os vinculados à economia informal, dentre outras formas “predatórias de trabalho existentes”.

Para os trabalhadores essas transformações significam o desmantelamento e flexibilização dos seus direitos, anteriormente conquistados na Constituição de 1988. Pauta-se na precariedade do trabalho e com baixos salários, no desemprego, na desregulamentação das condições de trabalho – com a adoção do trabalho informal e terceirizado – além do enfraquecimento das suas formas de organização política com a desproteção sindical e sua fragmentação enquanto classe social.

O conjunto atual das mudanças no mundo do trabalho sob o capitalismo contemporâneo, que vem sendo discutido no decorrer deste estudo, tem penalizado significativamente a classe trabalhadora que se submete ainda mais às condições de exploração do sistema capitalista, com seus direitos negados e destituídos, além da ineficiência do sistema de proteção social que minimize os efeitos das condições precárias de trabalho e de vida, as quais os trabalhadores estão submetidos atualmente. Nesse sentido, o processo de flexibilização acarreta consequências desde os direitos dos trabalhadores à sua forma de organização enquanto classe.

Esses impactos consolidam-se na realidade brasileira a partir da Reforma Trabalhista, contida na Lei nº 13.467/2017, sancionada pelo governo Michel Temer, após votação e aprovação pelo Senado em julho de 2017, alterando a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas).

Essas alterações expressam o avanço da flexibilização que atinge desde a jornada de trabalho, as relações contratuais, o FGTS e as férias à organização sindical. A Reforma Trabalhista passou a vigorar no país em 11 de novembro de 2017, com modificações destrutivas para a classe trabalhadora.

A flexibilização é a marca do atual mundo do trabalho brasileiro, com regras favoráveis à Terceirização e aos acordos entre o empresário e o empregado. O fato de o trabalhador e o empregador passarem a negociar através de acordos individuais desde a jornada de trabalho, o banco de horas, o horário de descanso, as férias, demissões, plano de cargos e salários, passam a flexibilizar as legislações trabalhistas com intuito de facilitar as contratações de forma que os acordos se sobrepõem ao legislado.

São reformas que desregulam os trabalhadores, os condicionam ao trabalho precário e desprotegem da ação social do Estado frente às suas necessidades de sobrevivência e reprodução social.

2.1 A relação Trabalho/Adoecimento dos trabalhadores atendidos no CEREST/ João Pessoa

Como forma de evidenciar as discussões desencadeadas neste estudo apresenta-se a seguir os resultados derivados dos estudos iniciados no Trabalho de Conclusão de Curso, dados advindos da realização dos Estágios I e II no Centro de Referência em Saúde do Trabalhador - CEREST/JP.

Os dados que seguem foram coletados de 60 (sessenta) fichas cadastrais dos trabalhadores atendidos no CEREST/JP, 30 (trinta) fichas correspondem aos atendimentos realizados no ano de 2014 e 30 (trinta) referente ao ano de 2017, nesse sentido a pesquisa desenvolvida contém um caráter comparativo entre os dados dos referidos anos.

No que tange ao perfil destes trabalhadores, demonstram a mesma incidência de homem e mulher nos dois períodos da pesquisa, com pequenas alterações percentuais: no ano de 2014, a maior incidência foi do sexo feminino, representado por um percentual de 26,7% do total de 60 trabalhadores; e no ano de 2017, esse mesmo percentual de 26,7% corresponde ao sexo masculino. Percebe-se nas incidências referentes aos dois períodos em discussão que os dados aproximam-se, embora se saliente a atual incidência da mulher no mercado de trabalho e o seu maior adoecimento em razão de duas ou mais jornadas de trabalho.

Sobre a faixa etária no ano de 2017 os dados sinalizam que a maior incidência recai na faixa etária entre os 41 e 50 anos, representado por 12 (20%) das 30 Fichas, em seguida, têm-se os trabalhadores entre 31 e 40 com 16,7% (10). Os percentuais de menor incidência ocorreram nas faixas etárias de 19 a 30 com 10% (6) e os trabalhadores com idade maior que 50 anos com 3,3% (3).

Em comparação com os dados no ano de 2014, a maior incidência sucede em torno dos trabalhadores com a faixa etária entre 31 a 40 anos representando com 25% (15) das 30 Fichas, enquanto no ano de 2017 a maior incidência incide nos trabalhadores com faixa etária entre 41 a 50 anos. Diante desses dados comparativos aponta-se para uma tendência de trabalhadores na faixa produtiva concentrada entre 31 a 50 anos de idade, inseridos no mercado de trabalho. Os dados também expressam outra tendência que é a baixa inserção de jovens no mercado de trabalho, trata-se do desemprego da população jovem no trabalho formal em relação a alta incidência de pessoas com mais idade, até mesmo acima de 50 anos, no mercado de trabalho.

Sobre as condições de trabalho a tabela que segue trata sobre a exigência de esforços físicos difíceis e cansativos durante a jornada de trabalho.

Exigência de Esforço Físico	2014		2017		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%
Sim	25	41,7	26	43,3	51	85
Não	5	8,3	04	6,7	09	15
Total	30	50	30	50	60	100

Tabela 01 - Exigência de esforços físicos durante o trabalho segundo os trabalhadores atendidos no CEREST/JP. João Pessoa-PB, 2014/2017. N=60

Fonte: CEREST/SMSJP

A leitura desses dados permite atestar, em ambas as pesquisas, que há uma prevalência expressiva quanto à exigência de esforços físicos difíceis e cansativos durante as atividades laborativas 2014 (41,7%) e 2017 (43,3%), cujas somas indicam uma prevalência significativa de 85% dentre os 60 trabalhadores, universo das duas pesquisas.

Dentre os esforços físicos mais recorrentes nos relatos dos trabalhadores estão: os movimentos repetitivos; ritmo de trabalho intenso; flexão e rotação de coluna; levantamento e carregamento de peso; jornada de trabalho em pé ou apenas sentado; elevação dos braços; pescoço fletido; posições ergonomicamente inadequadas; instrumentos de trabalhos inadequados; agachamento.

Na pesquisa do ano de 2017, evidencia que a maior parte dos trabalhadores que alegaram não realizar esforços físicos difíceis e cansativos durante a jornada de trabalho, o adoecimento não advém das questões físicas, mas de ordem psicológica, devido aos seguintes fatores: as pressões psicológicas; alto nível de estresse no ambiente de trabalho; e ainda, assédio moral. Esses fatores acarretam o desenvolvimento de doenças psicológicas ao trabalhador.

Situação atual no trabalho	2014		2017		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%
Afastados	25	41,7	20	33,3	45	75
Ativos na ocupação	5	8,3	6	10	11	18,3
Demitidos	-	-	4	6,6	04	6,6
Total	30	50	30	50	60	100

Tabela 02 - Situação atual no trabalho dos trabalhadores atendidos no CEREST/JP. João Pessoa-PB, 2014/2017. N=60

Fonte: CEREST/SMSJP

A leitura desses resultados infirma a situação atual de trabalho dos trabalhadores atendidos no CEREST/JP, de ambas as pesquisas, em que 75% do universo de 60 asseguraram estar afastados em decorrência da doença. Em 2014, 25 dos 30

trabalhadores encontram-se afastados, em virtude de problemas de saúde advindos das atividades do trabalho. Em 2017, 20 dos 30 trabalhadores encontravam-se afastados, também motivados pelo comprometimento da saúde.

Na pesquisa de 2017, os resultados apresentam uma nova realidade: 4 dos 30 trabalhadores, mesmo em processo de adoecimento, foram demitidos diante da capacidade laborativa comprometida. Conforma-se como uma tendência alarmante que passa a integrar a nova organização do trabalho, na qual os trabalhadores adoecidos pelas doenças ocupacionais, ou mesmo lesionados por acidentes de trabalho, são demitidos caracterizando, assim, uma desproteção total do trabalhador que adoecido não tem condições de trabalhar, de se manter, de se reproduzir.

Na análise dos registros de 2017, comprovou-se que mesmo os trabalhadores que estão ativos na mesma ocupação, se encontram acometidos de algum tipo de agravo à saúde. Esses trabalhadores vão ao CEREST/JP em busca do documento comprobatório donexo causal entre o adoecimento e as atividades do trabalho, bem como a comprovação dos casos de acidente de trabalho. Essa comprovação da relação do adoecimento com o trabalho se dá por meio de emissão da *Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT)*, em que o trabalhador requer junto ao Instituto Nacional de Previdência Social (INSS) os benefícios previdenciários e o devido afastamento da função.

A maior parte da causa do afastamento, em ambas as pesquisas (2014 e 2017), está ligada diretamente às LER (Lesões Por Esforços Repetitivos) e aos DORT (Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho), além dos acidentes de trabalho. Lesões afetam músculos, nervos, articulações e tendões e alteram a capacidade funcional da região comprometida, impossibilitando o trabalhador ao exercício da sua ocupação por reduzir sua capacidade laborativa, conseqüentemente, precisa se afastar do trabalho para realizar os devidos tratamentos ou até mesmo para submeter-se a procedimentos cirúrgicos.

Diante dos dados expostos verifica-se a intensidade do trabalho face a precarização das condições deste, e o conseqüente comprometimento da saúde da classe trabalhadora dos mais diversos ramos produtivos. O quadro se agrava mais ainda diante da grande retração do Estado e das Políticas Sociais, sobretudo no que diz respeito à proteção social dos trabalhadores em processo de adoecimento. Durante a análise das Fichas Cadastrais dos Trabalhadores, verificou-se que embora os trabalhadores se encontrem adoecidos, os direitos são, comumente, negados.

3 | CONCLUSÃO

As transformações em curso têm como características principais a superexploração e a precarização do mundo do trabalho. Conseqüentemente,

os influxos desse processo afetam intensamente a classe trabalhadora frente ao trabalho precarizado, desprotegido e sem garantias. Nesse contexto, o trabalho se materializa, em maior parte, sob condições precárias que não asseguram ao trabalhador sua integridade física e psíquica.

Atualmente, é com a acumulação flexível que surgem e intensificam-se novas formas de exploração. A nova configuração demarcada pelo modelo flexível e precarizado de organização do setor produtivo traz para a classe trabalhadora, condições de vida e de trabalho degradantes.

As transformações infletem não apenas no âmbito físico e psicológico das condições de trabalho, espraiam-se sob diversas ordens, inclusive, provocam a negação no campo dos direitos sociais e da proteção social diante da ofensiva do neoliberalismo que impõe enormes restrições na vida em sociedade.

Decerto, o trabalho sob nova configuração é deteriorante para as condições de saúde dos trabalhadores, que adoecidos, encontram, ainda, dificuldades para o devido acesso de benefícios que garantem o afastamento das atividades laborais. Ademais, os dados da pesquisa revelam uma nova tendência: a desproteção total dos trabalhadores com a demissão destes, mesmo acometidos por agravos à saúde.

REFERÊNCIAS

- ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Trabalho, Sindicato, Saúde e Serviço Social: crise do capital e desafios para a classe trabalhadora. *In*: NAVARRO, Vera Lucia; LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza (orgs). **O avesso do trabalho IV: terceirização: precarização e adoecimento no mundo do trabalho**. São Paulo: Outras Expressões, 2017, p. 225-243.
- ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Maria da Graça. A Terceirização como regra? *In*: **Revista TST**. Brasília, vol. 79, nº 4, out/dez 2013.
- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2014.
- BRASIL, Presidência da República. **Lei nº 13.467 de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho de 1943. Brasília: Presidência da República, 2017.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo. Edições Loyola, 1992, p.140-141.
- MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Sritta, 1995, p. 117 – 119.
- MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2009, p.14 -16
- MÉSZÁROS, István. Marx, nosso contemporâneo, e seu conceito de globalização. *In*: ANTUNES, Ricardo (org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 25-32.
- NETO, Artur Bispo dos Santos. **Trabalho e Tempo de Trabalho na Perspectiva Marxiana**. São Paulo. 2013, pág. 127 -138

NETTO, José Paulo. Crise do capital e consequências societárias. In: **Serv. Soc. Soc.** São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n111/a02.pdf> (Acesso em 07/10/17).

PINTO, Geraldo Augusto. **A Organização do Trabalho no Século 20**: taylorismo, fordismo e toyotismo. Expressão Popular. São Paulo. 2010. p.20-75

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século XX**: Taylorimo, Fordismo e Toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acm Neto 46, 65

Administração pública 27, 34, 179, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 284, 285, 292, 297, 298, 306

Amazônia legal 14, 16, 20, 23, 24, 25

B

Bibliometria 290

C

Capital psicológico 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 300, 306, 307, 308

Ciências sociais aplicadas 88, 266, 267

Comportamento organizacional positivo 290, 291, 293, 294, 300, 306

Comunicação 10, 111, 159, 214, 217, 255, 259, 265, 284, 285, 286, 288, 289

Consenso 52, 54, 71, 251, 255, 256, 259, 261, 263

Crescimento 15, 16, 17, 18, 20, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 48, 59, 67, 68, 69, 73, 143, 148, 165, 224, 268, 274, 276, 277, 289, 307

D

Delitos sexuais 215

Desenvolvimento 1, 4, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 30, 32, 33, 37, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 58, 59, 61, 63, 65, 69, 72, 86, 89, 95, 97, 98, 99, 101, 128, 141, 147, 148, 154, 158, 174, 176, 177, 180, 184, 185, 188, 196, 206, 226, 234, 240, 251, 265, 271, 274, 281, 282, 287, 291, 292, 293, 294, 295, 306

Desigualdade 5, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 38, 41, 42, 43, 44, 47, 49, 50, 128, 129, 131, 134, 210, 211, 222, 231

Direito penal e violência obstétrica 197, 198

Direitos das mulheres 197, 198

E

Educação 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 27, 30, 43, 46, 49, 51, 52, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 91, 95, 99, 100, 109, 111, 130, 133, 134, 140, 146, 149, 184, 195, 212, 214, 221, 225, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 249, 251, 283, 290, 303, 306

Eficiência 9, 30, 35, 39, 43, 49, 167, 251, 252, 253, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 272

Empresas atrativas 137

Enfrentamento da pobreza 46, 48

Engenharia de produção 266, 267, 282

Epidemiologia 196, 205, 206, 213, 215, 223, 225, 234

Estomizados 236, 237, 238, 240, 242, 245, 246, 248, 249

Estratégia 25, 52, 53, 55, 64, 83, 166, 184, 223, 231, 234, 267, 268, 269, 270, 271, 273, 275, 276, 280, 281, 282

Exercício profiíssional 186

G

Gestão e mapeamento de processos 284

Guia descritivo de atividades 284

I

Industria cerâmica 267

L

Legalização 112, 113, 119, 122, 123

Longevidade 14, 16, 18, 19, 20, 22, 23, 24

M

Maus-tratos conjugais 205, 215, 226

Mediação 189, 251, 252, 255, 256, 259, 260, 261, 263, 265

Mercado financeiro 267, 273, 275

Mulheres no mercado de trabalho 137, 140, 143

N

Negação de direitos 135, 151

O

Organizacional 49, 137, 138, 141, 142, 146, 148, 149, 150, 155, 266, 267, 271, 272, 273, 281, 282, 284, 285, 286, 287, 290, 291, 293, 294, 295, 296, 300, 303, 306, 307

Ostomia 236, 239, 249, 250

P

Participação 9, 26, 27, 34, 49, 91, 92, 110, 138, 140, 156, 184, 185, 217, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 259, 260, 261, 262, 263, 268, 272, 280, 281, 286

Patriarcalismo 112

Pesquisa qualitativa 53, 102, 143, 236, 240, 249, 272, 283

Pobreza 16, 17, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 128, 129, 133, 135, 136, 237

Política da saúde 186

Precarização do trabalho 151, 153, 172

Psicologia positiva 290, 291, 293, 294, 307

Psycap 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296

Q

Qualidade de vida 15, 17, 18, 32, 138, 146, 197, 211, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 245, 246, 248, 249, 250, 292

R

Renda 2, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 58, 59, 62, 63, 73, 79, 92, 134, 169, 170, 216

S

Saúde do trabalhador 151, 152, 153, 154, 157, 162, 163, 167, 168, 171, 172, 173

Serviço social 64, 126, 127, 136, 152, 160, 172, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 214, 309

U

União homoafetiva 112, 113, 114, 115, 117, 124, 125

V

Valores culturais 137, 138, 139, 141, 142, 144, 146, 148

Violência 95, 131, 134, 135, 136, 178, 182, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235

Violência contra a mulher 205, 206, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 222, 223, 225, 226, 227, 232, 233, 234, 235

Violência de gênero 131, 197, 212, 213, 215, 219, 220, 222, 223, 226, 233, 234

Violência doméstica 206, 211, 212, 213, 214, 215, 219, 226, 230, 231, 233, 234, 235

Violência no parto 197, 198, 204

Violência obstétrica 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204

Violência por parceiro íntimo 205, 210, 214, 226, 231, 233, 235

 **Atena**
Editora

2 0 2 0